

**PROCESSO** - A. I. Nº 206768.0001/07-9  
**RECORRENTE** - GOLDEN LEAF TOBACCO LTDA. (DJARUM)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5ª JJF nº 0305-05/09  
**ORIGEM** - IFEP COMÉRCIO  
**INTERNET** - 23/09/2010

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0286-11/10

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Não merece censura a Decisão de primeira instância administrativa que julga prejudicada a defesa ofertada e extingue o processo administrativo fiscal em face do pagamento, sem ressalvas, de todo o crédito constituído por intermédio do lançamento de ofício. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração foi lavrado em 19/12/2008, tendo sido atribuído ao sujeito passivo o cometimento das seguintes irregularidades:

1. Recolheu a menos ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto. Esta infração, segundo consta dos autos, decorreu de erro de aproximação e transporte para o livro Registro de Apuração do ICMS. Débito: R\$2.100,72.
2. Recolheu a menos o ICMS em decorrência de desencontro entre os valores recolhidos e escriturados no livro Registro de Apuração do ICMS (substituição tributária de cigarros). Débito: R\$2.088,51.

A Junta de Julgamento Fiscal, no Acórdão JJF nº 0305-05/09, julgou prejudicada a defesa apresentada e extinguiu o processo administrativo fiscal, com espeque no art. 156, I, do CTN, tendo em vista o pagamento integral do crédito após a impugnação, conforme documentos de fls. 739/741.

Inconformado, o sujeito passivo interpôs o Recurso Voluntário de fls. 751/753, no qual faz um retrospecto das principais ocorrências do processo e, no mérito recursal, alega que decidiu efetuar o pagamento do valor lançado para mais tarde, após a Decisão da Junta, caso fosse favorável, pedir a restituição do indébito.

Diz que em nenhum momento foi reconhecido o valor do Auto de Infração nem confessado o débito pelo contribuinte.

Invoca os arts. 5º, LV, da Constituição Federal, e o parágrafo único, do art. 156, do CTN, pugnando pelo Provimento do apelo ofertado, considerando, inclusive, a existência de pronunciamento do autuante favorável à redução do montante lançado.

A PGE/PROFIS, no Parecer de fls. 760/762, opina pelo Provimento do Recurso Voluntário, nos seguintes termos:

*“Primeiramente temos que esclarecer que se trata de recurso interposto tempestivamente, pois provado está nos autos que a presente impugnação foi protocolada em 27/11/2009, fls. 750, e a autuada tomou ciência do julgamento de 1ª instância, através de intimação recebida em 20/11/2009, documentos da EBCT em fls. 749.*

*Assim, não se trata de recurso de impugnação ao arquivamento como consignado no protocolo de fls. 750.*

*Trata-se de Recurso interposto contra decisão da 5ª JJF, a qual cons. interposta ao auto de infração ante a existência do pagamento integral do crédito tributário.*

*As razões apresentadas no que tecnicamente pode-se chamar de recurso voluntário, primeiramente aduzem que realizou pagamento total do quantum exigido em auto de infração, para poder assim impugná-lo, e se reconhecidas as suas razões, requerer a restituição do que foi pago a maior.*

*No mérito do recurso interposto, volta a repetir os argumentos postos em defesa, os quais apresentam elementos materiais que provavelmente, reduziriam os valores exigidos.*

*Analisando as peças dos autos temos que tecer as seguintes considerações:*

- 1- A defesa e o recurso foram interpostos tempestivamente pela autuada, em ambos há a declaração de que existe erro na autuação, o que significa que a autuada não reconhece a procedência total da ação fiscal.*
- 2- Em fls. 692 encontra-se petição da autuada, interposta após lavratura do presente auto e antes da interposição da defesa, onde requer o que denomina de pagamento parcial do auto de infração. (grife dela)*
- 3- Em fls. 617, encontra-se o que se pode chamar de aditamento da defesa já que foi recebida e autuada antes do julgamento de 1ª instância, nessa peça a autuada traça diversas razões de impugnação ao auto de infração.*
- 4- O auditor fiscal ao prestar as devidas informações em fls. 699 e 700, acata a irresignação do contribuinte em relação à infração 01 e ele mesmo refaz o demonstrativo de débito, em relação à infração 02 mantém a autuação.*
- 5- A autuada volta a se irresignar após informação fiscal e reitera seu pedido em relação à infração 02.*
- 6- Finalmente em fls. 739, consta extrato do pagamento total do auto de infração, realizado em três momentos distintos.*

*Ante os fatos acima narrados, entendo que a decisão de 1ª instância merece reforma, com a devida vênia de seu ilustre relator, porém, o direito antes de qualquer arcabouço de regras jurídicas, deve ser entendido com lógica e coerência, não nego a perfeição técnica recorrida, mas entendo que não atende aos princípios do direito.*

*Sabe-se, sem sombra de dúvida, que o CTN traz que o pagamento extingue o crédito tributário, mas será que extingue o processo tributário onde o crédito consignado está sendo exigido? O processo administrativo fiscal parece-me ser maior do que o crédito tributário.*

*É verdade que o autuado pagou o total do débito, mas será que reconheceu o total do débito? Entendo que não.*

- 1. Há nos autos pedido (reconhecimento) de pagamento de apenas parte do débito.*
- 2. Há nos autos inúmeras impugnações à autuação, que devem ser analisadas e julgados os argumentos da defesa, em toda a sua extensão.*
- 3. Em recurso, a autuada informa que pagou o débito mas que pretende pedir a restituição do que for indevido e provado nos autos deste processo, assim deve haver um julgamento que determine o que é improcedente, para que a autuada tenha causa de pedir em um processo de restituição.*

*Além desses anteriores motivos, os quais podem ser taxados de meramente lógicos ou filosóficos, encontro, para fundamentar meu opinativo, guarida no próprio RPAF. Embora o CTN afirme que o pagamento extingui-se o crédito tributário RPAF. Embora o CTN afirme que o pagamento extingue o crédito tributário, o art. 27, inciso III, do RPAF diz que é o reconhecimento do débito que encerra a ação fiscal e o procedimento administrativo fiscal.*

*Podemos entender que o processo vai além do pagamento do débito e que toda a discussão tracejada no PAF deve ser resolvida. É o que se lê no art. 153 do mesmo diploma legal, onde resta determinado que o julgador forme seu convencimento atendendo aos fatos e circunstância constantes no processo, às alegações e argumentações dos autos e à apreciação das provas.*

*Pelo que temos nos autos a decisão de 1ª instância desconsiderou tudo isso e atentou unicamente para o pagamento total realizado, o qual pode ter sido feito por diversas razões fora o reconhecimento da infração.*

*Ante todo o exposto, entendo que a decisão de 1ª instância deve ser anulada, por ser intra petita e não ter julgado a matéria trazida pela autuada, nem os argumentos postos na informação fiscal. Após, deve o processo retornar a 1ª instância para instrução e julgamento do mérito da defesa administrativa, o que é de sua competência, pois o pedido do contribuinte não foi respondido.”*

## VOTO

Consoante relatado, a controvérsia submetida à apreciação desta ( ) diz respeito ao efeito do pagamento integral do valor lançado por ir Infração, que, na hipótese vertente, foi efetuado pelo contribuinte sendo que um deles meses após a apresentação da sua peça defensiva

A PGE/PROFIS, após analisar minuciosamente os momentos mais relevantes do feito, dando ênfase ao intuito do sujeito passivo de pôr em discussão a exigência veiculada neste lançamento de ofício, expõe com muita propriedade o seu entendimento calcado em premissas lógicas e filosóficas, concluindo, a partir do art. 27, III, do RPAF, que o encerramento da ação fiscal se dá com o reconhecimento do débito; a *contrariu sensu*, pode-se dizer que o pagamento não é suficiente para ensejar a extinção do PAF, pelo menos no caso *sub examine*.

Não tenho dúvida de que o sujeito passivo tinha, quando apresentou a sua peça defensiva (21 de janeiro de 2009 - fls. 617/623), inegável intuito de se contrapor à exigência formulada pelo autuante neste Auto de Infração. Da mesma forma, fica clara a resistência quando o sujeito passivo se manifesta acerca da informação fiscal prestada pelo autuante (fls. 703/706), em 10 de março de 2009.

Contudo, toda essa certeza quanto à irresignação do sujeito passivo derrui diante de um ato seu, praticado sem qualquer ressalvas e livre de quaisquer dos vícios do consentimento: o pagamento do valor remanescente, levado a efeito em 30 de junho de 2009, conforme demonstra o relatório de fls. 739.

O pagamento feito sem ressalvas e tantos meses após o oferecimento da defesa é, inegavelmente, um ato incompatível com o intuito de impugnar o lançamento de ofício. Funciona, a meu ver, como o reconhecimento do débito pelo sujeito passivo a que alude o inciso III, do art. 27, do RPAF, sobretudo quando esse mesmo regulamento, nos arts. 92 a 94, trazem a figura do depósito administrativo, que possui justamente a função de elidir a fluência dos acréscimos moratórios e da correção monetária incidentes sobre o valor lançado inicialmente.

Ademais, cumpre esclarecer que o acatamento da pretensão do contribuinte resultaria no deferimento do pedido de restituição do indébito formulado pelo contribuinte, para o que não foi outorgada competência ao CONSEF, a teor do que se extrai do art. 79, do RPAF.

Por todos esses motivos, entendo que o pagamento feito pelo sujeito passivo, sem ressalvas e livre de coação, frise-se, tem por efeito a extinção do crédito tributário, conforme o art. 156, I, do CTN, e põe termo ao processo administrativo fiscal, de acordo com o art. 122, I, do RPAF.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para manter a Decisão impugnada por estes e pelos seus próprios fundamentos, devendo ser homologados os valores recolhidos.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206768.0001/07-9**, lavrado contra **GOLDEN LEAF TOBACCO LTDA. (DJARUM)**, devendo ser cientificado o recorrente desta decisão e encaminhados os autos à repartição de origem para fim de homologação dos valores já recolhidos, e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2010.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI